

Antes da fundação das Misericórdias: pobreza, assistência e solidariedade no Interior Beirão

*Before the founding of the Mercies:
poverty, assistance and solidarity in
the Beira Interior*

MARIA DA GRAÇA ANTUNES SILVESTRE VICENTE

Centro de História da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa

Centre of History of the Faculty of Letters of the University of Lisbon

Academia Portuguesa da História

Portuguese Academy of History

RESUMO

Grande parte da população medieval vivia no limiar da pobreza. Bastava um mau ano agrícola, a passagem de um grupo armado destruindo culturas, roubando gados, aprisionando homens, uma qualquer epidemia e logo engrossava o rol dos pobres e carenciados. A Idade Média foi, também, por toda a cristandade, uma época de intensa caridade, baseada e impulsionada pelos preceitos evangélicos. Movimento caritativo e assistencial, estimulado pelo ideal de caridade e pobreza, aliado à sentida necessidade de garantir a salvação e enfrentar o dia do Juízo. No território que hoje é Portugal, especialmente nas zonas de maior densidade demográfica, mosteiros, igrejas, grandes senhores e particulares, fundaram diversas instituições para albergar e cuidar de pobres, enfermos, crianças abandonadas, viajantes e peregrinos. O movimento caritativo e assistencial acompanhou os primeiros povoadores da Beira Interior. Enquanto arroteavam campos, construíam casas e igrejas, estes fundaram e organizaram algumas instituições de caridade e assistência de que os documentos nos dão um pálido eco.

PALAVRAS-CHAVE

Assistência, Beira Interior, Idade Média, Pobreza, Solidariedade.

ABSTRACT

Much of the medieval population lived on the poverty line. A bad agricultural year, the passing of an armed group that destroyed crops, stole cattle, imprisoned men or any epidemic were enough to thicken the amount of the poor and needy. The Middle Ages were also throughout Christendom, a time of intense charity, based on and driven by the precepts of the Evangelicals. A charitable and assistance movement, stimulated by the ideal of charity and poverty, coupled with the felt need to guarantee salvation and face the Doom's Day. In Portugal, especially in the most densely populated areas, monasteries, churches, great lords and individuals founded various institutions to house and care for the poor, the sick, abandoned children, travelers and pilgrims. This charitable and welfare movement accompanied the first settlers of Beira Interior. As they ploughed fields, built houses and churches, they also founded and organized some charities and assistance of which the documents give us but a pale echo.

KEYWORDS

Assistance, Beira Interior, Middle Ages, Poverty, Solidarity.

«Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros; que assim como eu vos amei, vós também vos ameis uns aos outros. É por isto que todos saberão que sois meus discípulos: se tiverdes amor uns aos outros.» (João, 13/34-35)

PREÂMBULO

O tema da assistência é vasto e aliciante e, devo dizê-lo, há largos anos um tema que, modestamente, tenho vindo a estudar, com especial relevo nesta grande região do Zêzere ao Tejo, no período medieval. Um tema vasto e diverso ao longo dos tempos, no entanto imbuído sempre da manifestação daquilo que mais fundo nos toca ou dito por outras pala o que melhor nos distingue como seres humanos – a vivência em comunidade e a nossa capacidade de amar e cuidar. Como ensinou S. Paulo, a caridade bem compreendida começa em cada um de nós, pois estamos inseridos em sociedade. Aptidão e vontade bem manifesta na sociedade portuguesa ainda antes da nacionalidade. Características bem presentes que todos testemunhamos, sob múltiplas formas, num passado muito recente...

A história da assistência e solidariedade social nas suas mais diversas formas tem merecido a atenção não só dos historiadores, mas também dos cientistas de outras áreas do conhecimento. Múltiplos e distintos aspetos interessaram aos estudiosos do social: sob o ponto de vista da pobreza e assistência, da doença e marginalidade social, sendo notáveis os trabalhos apresentados nas *Actas das primeiras jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, realizadas em Lisboa nos finais de setembro de 1972 (JORNADAS, 1974); da prática da assistência, ao nível da criação e administração de instituições e estabelecimentos de acolhimento dos carenciados – albergarias, hospitais, gafarias, mercearias, de que se realçam os trabalhos do médico Fernando da Silva Correia; na definição e origem dos seus conceitos (CARVALHO, J. G. H., 1950); na caracterização e intervenção da Igreja secular, e regular (MARQUES, J., 1996: 23-28 e CAEIRO, F. G., 1973: 219-229), conventos e mosteiros (MATTOSO, J., 1973: 637-670), e de particulares, de todos os grupos sociais, a título individual ou coletivo (COELHO, M. H. C., 1973: 230-257), cabendo ainda lembrar as muitas confrarias de beneficência e ajuda mutua, muito ligadas ao culto dos mortos (TAVARES 1989: 63-81). O fenómeno da assistência, caridade e solidariedade nos seus múltiplos aspetos, tem acompanhado o homem no seu percurso histórico e mantém-se muito atual.

Perante um tão vasto panorama, nestas jornadas comemorativas dos Quinhentos anos da Misericórdia do Fundão, proponho partilhar convosco uma pequena reflexão sobre a pobreza e os pobres: os carenciados a quem a sociedade movida por uma mentalidade profundamente cristã e, baseada no ensinamento de Cristo do amor ao próximo, procurou dar respostas. Vou tentar sintetizar e centrar a minha intervenção em alguns tópicos, essenciais, baseados nos conceitos de pobreza e de pobre no mundo medieval, identificando motivações e realizações, o mesmo é dizer os diversos modos de assistência e caridade, especialmente nestas terras da Beira Interior antes da fundação das Misericórdias.

1. POBREZA E POBRES

Começamos por definir ou tentar definir o que se entende por pobreza, e pobres no ocidente medieval. Para tal, vamos seguir a lição de Michel Mollat, que definiu dois tipos de pobreza: a pobreza voluntária, um modo de vida escolhida por eremitas e monges, os *pauperes Christi* (COELHO, M. H. C., 1973: 232) e, a pobreza involuntária, a mais comum. Para este autor, a pobreza é uma situação permanente ou temporária de dependência e provação, provocando um estado de privação dos bens elementares de saúde, segurança, alimentação etc. necessários a uma vida com dignidade. Designações que encontramos na documentação medieval portuguesa. Obviamente que esse patamar de carência e sofrimento – o limiar da pobreza – não é estanque, evoluindo consoante os tempos históricos e sociedades, onde se verifica. Os estados de pobreza são também eles sentidos e vividos de forma diversa, dependendo da carência e do grupo social onde se está inserido. Assim, à questão quem são os pobres no mundo medieval, a resposta imediata é todos aqueles que de alguma forma, apresentam uma carência de bens materiais, de nascimento, ou por serem portadores de uma qualquer enfermidade física ou mental, ainda que os loucos tenham um papel diferente, ou de velhice e, por isso, rejeitados pela sociedade, de que são exemplo-paradigma os leprosos. Nesta definição de pobre, são englobados aqueles que pertencendo a uma condição social, por vezes até privilegiada, não se podiam manter como tal e, neste caso, encontramos as mulheres, especialmente quando viúvas, mas também os que se viam privados de liberdade, quando cativos pelo inimigo nas lutas com o sarraceno ou cativo nas guerras com os reinos vizinhos, por «maus cristãos», segundo os compromissos da confraria de S. João da Sertã.

Como salientou Maria Helena da Cruz Coelho, na documentação portuguesa, dos séculos XI e XII, os pobres aparecem sempre designados no plural e por outro lado, em muitos casos, são identificadas as causas dessa pobreza pelas designações: os *captivus, leprosis, gaphus, infirmus; miser, indigens, engens; orphanus, pupillus, uidua* ou *advena peregrinus*, e por vezes aqueles, «qui hereditates non habeant» (COELHO, M. H. C. 1973: 233). Pobres são, também, os marginais, prostitutas, bastardos, gafos, aleijados... todos aqueles que vivem nas franjas da comunidade e que de algum modo podiam perturbar a ordem e harmonia da sociedade idealizada pelos pensadores medievos.

2. MOTIVAÇÕES E REALIZAÇÕES

A caridade e assistência não foram uma atitude imediata, mas antes resultado do paciente esforço dos homens da igreja, em especial das ordens monásticas (MATTOSO, J. 1973: vol. II: 637-670), que foram incutindo na sociedade a noção da caridade e prática das obras de misericórdia. A «chamada Regra de Santo Agostinho», adotada pelos Cónegos Regrante (CAEIRO, F. G., 1973. vol. II: 219-229), preconizava, já no século IV, este ideal de pobreza, que os eremitas do deserto levaram ao extremo. No entanto como advertiu Francisco da Gama Caeiro, a espiritualidade das fontes para a elaboração do conceito de pobreza dos religiosos e para as obras de caridade é diferente nas diferentes regras monásticas - regrantes, cistercienses, mendicantes, dominicanos e franciscanos» (CAEIRO, F. G., 1973: 222). É certo que no mundo Antigo se tinham criado instituições para albergar pobres e especialmente crianças abandonadas, mas é no Ocidente Cristão e, especialmente a partir dos séculos XI, XII e sobretudo o século XIII, «o século de ouro da caridade», assim qualificado por Fernando da Silva Correia, que de forma mais intensa se criaram e multiplicaram formas de socorrer doentes e famintos, e os muito desenraizados do mundo rural chegados aos centros urbanos em busca de melhor sorte e, que não raras vezes engrossavam as fileiras dos indigentes e de todos os marginalizados pelo

mundo urbano (CONDE, M. S. A., 1999). José Mattoso enuncia três fases distintas do ideal de pobreza formulado e vivido nos meios monásticos portugueses entre os finais do século XI ao século XIII: a tradicionalista, típica da Alta Idade Média, a fase da época gregoriana e a integração dos ideais das ordens mendicantes no século XIII (MATTOSO, J., 1973: 638).

Encontramos, pois, na primeira linha da assistência a Igreja, secular e regular, contudo reis, rainhas, grandes senhores e particulares movidos pelos preceitos evangélicos acompanharam esse movimento caritativo. Por exemplo, D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, fundou vários hospitais e albergarias no norte de Portugal e, de igual modo D. Brites, mulher de D. Afonso III patrocinou a criação do Colégio dos Meninos Órfãos ou Hospital de Jesus, em Lisboa. As virtudes nada são sem a caridade, sendo com ela que se aperfeiçoam, apregoava Santo António nos seus sermões (CAEIRO, F.G., 1960: t. I, 163 e TAVARES, 1989: 64 nota 3). Ao longo da Idade Média, o pobre tornou-se necessário à salvação, ao ser assimilado a Lázaro, sofredor na terra abençoado no Além. De igual modo assim ensinava Job, que nunca duvidou do socorro divino.

O ideal de pobreza que encontramos nas vidas dos santos: em S. Teotónio que «Socorria os pobres, visitava os doentes, exortava á hospitalidade [...] dava aos indigentes a maior parte do seu trabalho e tudo quanto tinha» (MATTOSO, J., 1982: 304); por sua vez D. Telo, dizia que «os bens nada são sem a doação larga de esmolas e a frequência da oração, para alcançar as beatitudes e a alegria junto de Deus» (MATTOSO, J., 1982: 306, nota 44). S. Teotónio, 1082-1162, talvez nascido em Ganfei, Valência do Minho, foi conselheiro de D. Afonso Henriques nos alvares da nacionalidade e terá mesmo admoestado o jovem rei quando reduziu à escravidão os moçárabes que viviam em Lisboa, após a conquista desta cidade. Terá obrigado o rei a conceder-lhes a liberdade e albergou-os dando-lhe pousada nas dependências do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O arcediogo D. Telo, 1076-1136, foi um dos fundadores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Na vida e milagres de D. Isabel, rainha de Portugal, mulher de D. Dinis encontramos esse ideal caritativo: dar esmolas aos pobres, às emparedadas, tratar enfermos incluindo leprosos (NUNES, J. J., ed., 1921: 42-50). Características que vamos também encontrar na *Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira* (FARIA, A.M. (1972). E D. Duarte, rei de Portugal, escreveria no século XV no *Leal Conselheiro* que a esmola era o bem que apagava o pecado (ROQUETE, J. I., ed., 1842: 229, in TAVARES, M. J. P. F., 1989: 65, nota 9). O pobre tornava-se, assim, um agente positivo na sociedade e necessário à salvação dos ricos e poderosos. Na verdade, a pobreza e os pobres, em si, pelo menos nos séculos mais recuados, não aparecem como uma preocupação, mas antes como o meio que possibilitava a prática da caridade cristã. Esmolas que se prolongavam para além da morte através de legados testamentários de que temos exemplos ainda antes da nacionalidade, para pontes, barcas de passagem e fontes, consideradas obras de piedade, pobres, gafos e resgate de cativos. Por exemplo, D. Paio Mendes, entre os anos de 1118 e 1128, antes de ser eleito arcebispo fez doação ao hospital que a Ordem do Templo tinha na cidade de Braga, dos bens que possuía nesta cidade e termo, ficando os templários obrigados a dar dois terços dos frutos para a construção da ponte do Prado. O restante terço, após a construção da ponte destinava-se a cuidar dos pobres. (COSTA, A. J. ed., 1978: t. II: doc. 560: 309-310). D. Urraca Peres pelo seu testamento de 1177 manda que o seu corpo seja depositado no mosteiro de São Salvador e faz doação de bens aos gafos de Guimarães, Braga e Barcelos (PAIVA, J. P., Dir. 2003: vol. II: 493, doc. 234). De outras disposições pias são também exemplo os testamentos dos primeiros reis de Portugal.

O movimento caritativo no mundo medieval traduziu-se ainda na instituição de pequenas unidades de apoio a carenciados – hospitais, albergarias, gafarias e mercearias. Foram erguidas casas graças às vontades especiais dos instituidores, obedecendo ao dever

sentido por todo o cristão em cumprir as obras de misericórdia, nomeadamente as obras corporais – dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, curar os enfermos, dar pousada aos peregrinos, cobrir os nus e enterrar e cuidar dos mortos – assegurando assim a redenção. Levantaram-se abrigos, em sítios de passagem e pernoita, localizados na encruzilhada de caminhos, junto a pontos de passagem, em lugares ermos. Tinham por missão acolher pobres, doentes, peregrinos e, de um modo geral, todos os viandantes, dar agasalho, cama, alimento e candeia e, se necessário tratar dos enfermos (CORREIA, F. S., 1943). Será sempre muito difícil averiguar os quantitativos, mesmo aproximados, de pobres existentes no Reino. Como sabemos a documentação é escassa para os tempos mais recuados e, por outro lado, nem todos os atos de caridade seriam registados. Mas é de crer que atendendo às muitas depredações provocadas pelas guerras logo seguidas de fomes, as pestes e os maus anos agrícolas que o seu número seria muito elevado.

3. ASSISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE NA BEIRA INTERIOR MEDIEVAL

Como é sabido, a documentação para o estudo da região de Entre o Zêzere e Tejo, especialmente para os tempos mais longínquos, é escassa por isso contam-se em menor número as instituições de caridade. No entanto, a realidade poderá ter sido bem diferente. Os povoadores chegados a estas terras, enquanto arroteavam campos, erguiam casas e templos, organizavam-se em confrarias de caridade e ajuda mútua, instituíaam hospitais e gafarias. Encontramos referência a albergarias, gafarias, hospitais e confrarias, dispersas por todo o território da antiga Província da Beira Baixa, da Sertã a Manteigas, Proença-a-Nova, Idanha e Oleiros e, naturalmente nas vilas de maior porte como Castelo Branco e Covilhã.

As mais antigas referências que conhecemos, nesta região, são para dois hospitais na vila da Sertã – o hospital de S. Pedro, cuja documentação tinha já desaparecido no século XVIII e o hospital de S. João. Este pequeno hospital era administrado por uma confraria antes de ser incorporado na Misericórdia da Sertã.

As confrarias, muito ligadas ao culto dos mortos, eram associações de homens livres, não necessariamente de uma mesma profissão ou grupo social, que tinham como objetivos a ajuda mútua, material e espiritual, aos seus membros (BEIRANTE, M. A. G. R., 1990; TAVARES, M. J. P. F., 1989: 101 e sgs.; e AZEVEDO, C. M., 2000). Os membros destas irmandades, movidos pelos preceitos evangélicos instituíaam pequenos estabelecimentos de acolhimento – hospitais ou albergarias, também designadas por «albergues», «caridades», «alçaçarias» e «hospícios». Estas instituições tiveram a seu cargo a assistência e ajuda aos desfavorecidos e enfermos até à reforma da saúde encetada pela dinastia de Avis (MENDONÇA, M., 2004: 220-241).

Pouco sabemos da capacidade económica e da obra assistencial do pequeno hospital de S. João da Sertã, apesar de conhecermos os seus compromissos que datam de 1195 (VICENTE, M. G., 2015: 71-76). Estes compromissos regulavam a organização da irmandade e criavam um vínculo permanente entre os seus membros. O seu texto, relativamente curto, plasmava as diversas etapas da vida dos confrades, na bonança ou adversidade. Previa-se a ajuda dos confrades ao irmão doente no tempo das colheitas, o apoio financeiro em situação de premente necessidade – destruição da casa pelo fogo, ou para ir em peregrinação, um imperativo para o homem medieval e, ainda, o resgate de algum irmão cativo por «mouros» ou «maus cristãos».

Estas confrarias eram também espaços de sociabilidade e, por isso, detalha-se o desenrolar das diversas cerimónias no seio da irmandade; a realização do Cabido Geral; a refeição anual com pobres; o acompanhamento de doentes e dos defuntos. Mas aquela tinha ainda uma outra importante função social ao nível da pacificação da sociedade, punindo os diversos delitos e crimes, de sangue ou injúria, no seio da comunidade.

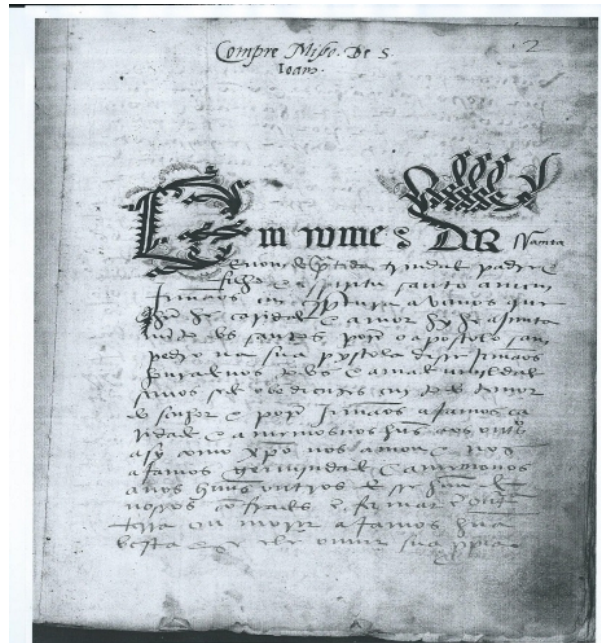


Fig. 1 – Compromisso da Confraria de S. João da Sertã (cópia do séc. XVII)

As disposições do seu compromisso e a sua organização, com os seus juízes, tesoureiro, capelão e albergueiro, não divergiam das suas congéneres da época (TAVARES, M.J.P. F. 1987: 55-72 e ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fl. 59).

Bem perto da Sertã, em pleno domínio da Ordem de S. João do Hospital, na vizinha vila de Cortiçada, atual Proença-a-Nova, pobres e peregrinos, encontravam abrigo na albergaria de Santa Maria da Cortiçada. Desconhecemos a data de instituição desta casa administrada por uma irmandade do mesmo nome que foi incorporada na Misericórdia de Proença em 1559. Esta terá sido instituída em 1513. No entanto, as primeiras informações datam de 1429 (ASCMPN), ano em que os confrades decidiram elaborar o Tombo dos seus bens. Conhecemos três tombos referentes a esta instituição: 1431; 1506 e 1540, datando este último, poucos anos antes de ser incorporada na Misericórdia de Proença-a-Nova. O então juiz da albergaria mandou o escrivão Lourenço Vasques proceder ao registo de «todas as coussas que sse adyante segem». Dois anos depois, os confrades reunidos em Capítulo Geral, no dia 8 de janeiro de 1431, decidiram fazer novo Tombo. Segundo diziam muitas das «Erdades e vinhas e prazos e todallas outras coussas que a dicta albergaria» tinha estavam perdidas, por não estarem escritas «em tal lyuro que se nam podyam ler que as traladassem em este livro pera se nam permudarem». A albergaria, situada em pleno coração da vila, junto ao Paço, confrontava com rua publica e com o Adro da igreja de Santa Maria, tinha uma casa com quintal, para albergar quem lhe batesse à porta. Teria apenas quatro camas, de acordo com lista dos bens e roupas onde são referidos quatro «enxergões». Disponha de um razoável património de bens rústicos e urbanos que lhe permitiam manter a casa assistencial. A manutenção e conservação das instalações, roupas e outros utensílios indispensáveis ao funcionamento da albergaria parecem ter sido uma das preocupações desta irmandade.

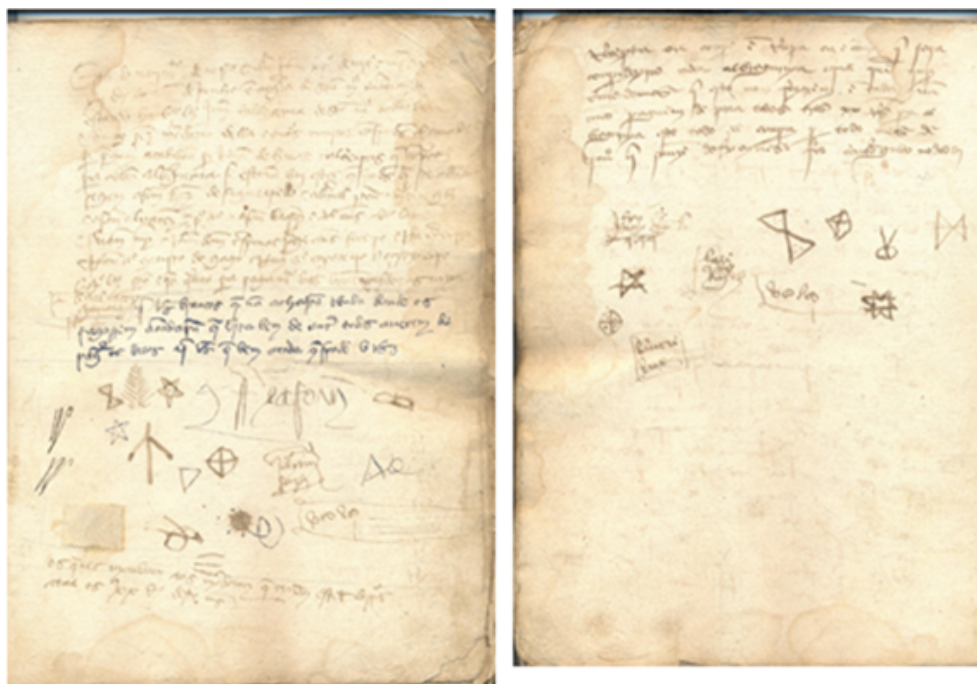


Fig. 2 – Tombo de Santa Maria da Cortiçada – assinatura dos confrades

Sobre a vila templária de Castelo Branco, temos notícia da existência nela de várias instituições de caridade. A mais antiga unidade documentada é a albergaria de Sant Eulália, que teria sido formada a partir de bens instituídos em morgado, na igreja de S. Miguel em 1289, por um certo Martim Esteves, morador na vila, e legados a Vasco Anes, seu sobrinho (SILVA, H. C., 1958; CORREIA, F. S., 1943:124 e CASTELO BRANCO, M. S., 1995). Anos mais tarde, em 1393, a pedido de Rui Vasques de Castelo Branco, neto de Vasco Anes, D. João I deu carta de confirmação do morgado, na condição de esta linhagem cumprir as disposições do seu instituidor e manter a capela e albergaria. Segundo o monarca esta linhagem de Rui Vasques de Castelo Branco não tinha cumprido todas as disposições do instituidor do morgado e respetiva Capela e Hospital «[...] porque o dito Seu Padre nem elle ate qui nom mantiverõ a dita Capella nem o dito Esprital asi como devião» (ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro III, doc. N.º 206). Este localizava-se na Rua dos Ferreiros e dispunha apenas de quatro camas de acordo com o *Tombo do Morgado de Santa Eulália*, datado de 1778. Em Castelo Branco e termo há referência a outras instituições de assistência: o hospital dos Correiros de São Tiago (DIAS, J. L, 1961) e um hospital na povoação de Escalos de Cima (GONÇALVES, I., org. e rev. 2009). No sopé da Gardunha, na vila de S. Vicente da Beira, pobres e peregrinos encontravam abrigo na albergaria do Espírito Santo, para a qual são escassas as informações. Esta apenas surge na documentação em finais do século XIV, como destinatária de legados pios. No ano de 1362, Estevão Anes, clérigo lega parte dos seus bens, móveis e de raiz a esta casa assistencial (ANTT, *Convento de S. Bento de Avis*, mc. 5, doc. n.º 560, cópia o século XIX), recebendo, igualmente, em legado pio de Rodrigo Anes um moio de centeio e trinta varas de burel (CASTELO BRANCO, M. S., 1974: 55-91).

No poderoso concelho da Covilhã, há notícia de diversas casas assistenciais, desde a instituição do município por carta de foral em 1186 (VICENTE, M.G., 2012). Porém, a escassa documentação conhecida, não permite identificar nem a data da sua fundação nem os seus instituidores, nem a sua ação caritativa. Nos inícios do século XIII, A albergaria de S. Pedro é referida em documento datado de 1207 (ANTT, *Mestrados*, Liv. 1, fl. 21; 35) e a Irmandade de Nossa Senhora da Lâmpada em 1213 (ASCMC, *Tombo das Heranças*

Legados por Piedosos Bemfeitores a Sancta E Real Casa da Misericordia de Covilhã. Livro 20, Mç. 657 Alv-3). Uma e outra davam assistência aos necessitados da vila ou de passagem. Nos séculos seguintes, aparecem, em referências documentais, diversas confrarias e casas de caridade – o hospital de João Ramires em 1314 na *Inquirição de D. Dinis*; a confraria dos clérigos em 1395 no *Tombo da Comarca da Beira*, ordenado por D. João I; a confraria dos meninos em confrontação da Gafaria da Covilhã, cerca de 1500 (ANTT, Mosteiro de S^a Maria da Estrela, doc. 30, fl. 6v) ; a confraria de S. João de Mártir-in-Colo em 1480 (ANTT, Beira, liv. 1, fl. 95v-96) e a confraria do Carvalho, no termo da vila, no Tombo da Comarca da Beira 1395. Havendo ainda a assinalar outras instituições nesta região de que são exemplo o hospital de Afonso Vaz, em Monsanto, em 1451 (ANTT, Chanc de D. Afonso V, liv. 4, fls 42-42v), albergarias em Idanha-a-Nova (CORREA, F. S., 1943: 192), em Oleiros (CORREA, F. S., 1943: 124) e, provavelmente, na vila de Sarzedas (ASCMS). No largo conjunto dos pobres e enfermos, os leprosos, ou gafos, residentes, ou andantes, constituíam um grupo distinto. A lepra atacava por igual pobres e ricos, mas nem todos sofriam as suas consequências da mesma maneira. Para lhes dar assistência, mantendo-os afastados do convívio dosãos foram criadas as gafarias ou leprosarias, por iniciativa régia, municipal ou de particulares. Apenas encontramos duas gafarias, na região, uma em Castelo Branco para a qual temos escassas e tardias informações e outra na Covilhã, embora a memória toponímica registre a presença de gafos e gafarias noutras povoações, de que são exemplo a Sertã e Manteigas como já desenvolvemos (VICENTE, M. G., 2014: 71-76). A primeira, de que temos conhecimento, surge na Covilhã, nos inícios do século XIII, nos arrabaldes junto à igreja de S. Lázaro. Contudo, só volta a ser documentada nos inícios do século XVI, quando foi elaborado o tomo dos seus bens, constituídos por propriedades rústicas em torno das suas casas de morada. Pouco mais sabemos sobre esta instituição. De igual modo desconhecemos os instituidores e data da instituição da gafaria de Castelo Branco, sediada nos arrabaldes da vila e apenas documentada no século XVI.

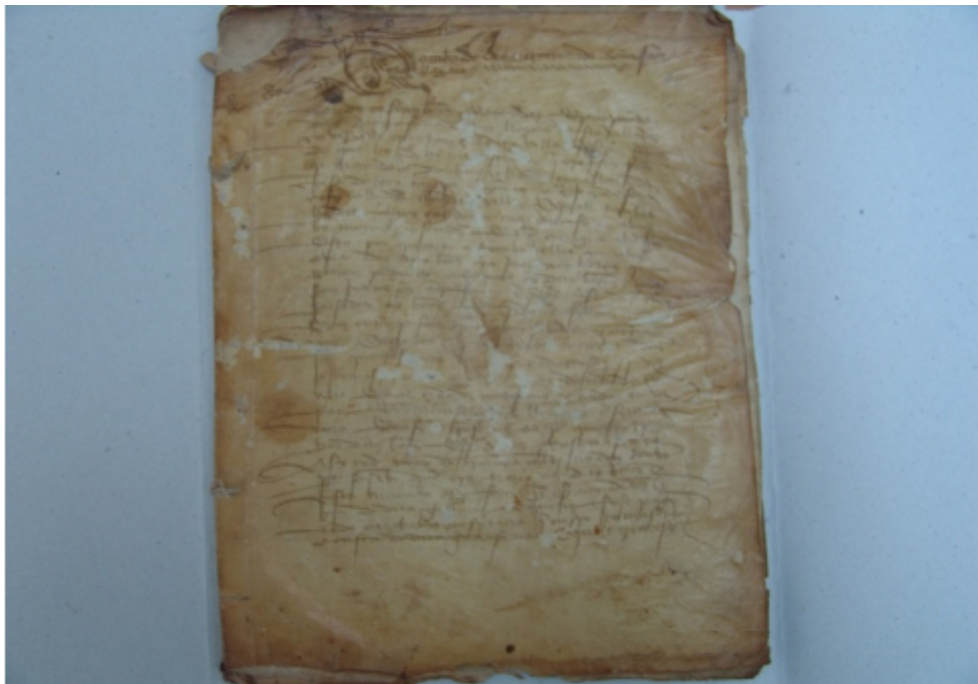


Fig. 3 – Tombo do Bem Aventurado S. Lázaro – Covilhã

CONCLUINDO

Antes da fundação das Misericórdias, a assistência a doentes e carenciados caracterizava-se pela sua dispersão geográfica, diversidade de instituições e instituidores e formas de administração, características sintetizadas no primeiro quartel do século XX, na História de Portugal, pela sua «dispersão», «poliformismo» e «particularismo». Instituídas por religiosos ou leigos, como obras de caridade, em resposta ao mandamento cristão de amor ao próximo e, assim, alcançar a salvação no dia do Juízo, espalharam-se por toda a Cristandade. No território, que hoje é Portugal, as primeiras instituições apareceram ainda antes de fundado o Reino. Nas terras da Beira Interior, do Zêzere ao Tejo, as primeiras fundações, de que temos conhecimento, datam do século XII. Em finais do período medieval, a partir de meados do século XV, estas velhinhas casas assistenciais debatiam-se com problemas vários de que os capítulos das cortes nos dão algum eco, por exemplo, substituindo naquela os pobres por presos como as *Ordenações Afonsinas* reportam (OA, Livro II, título VII, art. LXIII). Refira-se ainda a ruínosa administração da confraria de S. João de Mártir-in-Colo, na Covilhã que tivera uma trintena de confrades e, em finais do século XV estava depauperada conservando, apenas, dois ou três irmãos, levando o rei a intervir (AN/TT, *Beira*, liv. 1, fl. 95v-96). O estado de degradação seria geral e notório, mas, porventura ao rei interessava retomar o controlo dos bens dessas instituições. Assim o demonstra em outubro de 1475, D. Afonso V, em Zamora, quando ordenou a Fernão Rodrigues, escudeiro, morador na Covilhã tomasse contas aos administradores das capelas, hospitais, gafarias e confrarias do bispado da Guarda, com poderes para fazer cumprir os testamentos e compromissos dessas instituições (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 37). Mas a atuação do rei nem sempre foi pacífica, levando os povos a reclamar em Cortes.

A criação da Misericórdia, uma instituição original e multifacetada respondia, de forma mais eficiente e com futuro, a um melhor controlo dos recursos e às necessidades assistenciais, procurada nos séculos anteriores.

FONTES

ANNT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

- Beira. Liv. 1, fl. 95v-96.
- Chancelaria D. Afonso V. liv. 4, fl. 42-42v. Liv. 30, fl. 37.
- Chancelaria de Dinis. Liv. 3, fl. 59.
- Convento de S. Bento de Avis. maço 5, doc. 560.
- Mestrados. Liv. 1, fl. 21 e 35.
- Mosteiro de Santa Maia da Estrela, Boidobra. Doc. 30, fl. 6.

ASCMC (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã). Tombo das Heranças Legadas por Piedosos Bemfeitores a Sancta e Real Casa da Misericórdia de Covilhã. livro 20, mç. 657 ALv-3.

ASCMPN (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Proença-a-Nova). Livro das Vinhas e Erdades e Acordãos da Albergaria da Santa Casa da Misericórdia de Proença Nova.

ASCMS (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Sarzedas). Tombo dos Bens da Misericórdia de Sarzedas (séc. XVIII).

ASCMS (Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Sertã). Compromisso da Confraria de S. João da Sertã. de 1195.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Carlos Moreira de (2000). Confrarias. In: Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores/Centro de Estudos e História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

BEIRANTE, Maria Ângela Godinho da Rocha (1990). Confrarias Medievais Portuguesas. Lisboa.

CAEIRO, Francisco da Gama (1973). A assistência em Portugal no século XIII e os Cónegos regrantes de Santo Agostinho. In: A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Centro de História. Vol. II: 219-229.

CAEIRO, Francisco da Gama (1969). Santo António de Lisboa. Vol. II. T. 1. – A espiritualidade antoniana. Lisboa.

CARVALHO, José Gonçalves Herculano (1950). Estalagens e Albergarias. Separata. Revista Portuguesa de Filologia. 3. Coimbra: Casa do Castelo.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1995). Assistência aos Doentes na Vila de Castelo Branco e seu Termo entre Finais do Século XV e Começos do Século XVII. In: Cadernos de Cultura. Medicina da Beira Interior. N.º 7.

CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1974). Uma Genealogia Medieval. In: Revista Estudos de Castelo Branco. n.º 48-49 (abril-junho 1974): 55-91.

COELHO, Maia Helena da Cruz (1973). A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII. In: A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Centro de História. Vol. I: 230-257.

CONDE, Manuel Sílvio Alves (1999). A gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV. In Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos. Cascais: Patrimonia.

CORREIA, Fernando da Silva (1943). Os hospitais Medievais Portugueses: Separata da Revista A Medicina Contemporânea. Ano LXI, N.º 12, 13 e 15.

CORREIA, Fernando da Silva (1944). Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas. Lisboa.

COSTA, Avelino de Jesus da, ed. (1978). Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae. Braga: Junta distrital. Tomo II, doc. 560:309-310.

DIAS, João José Alves, org. (2006). Chancelarias Portuguesas. D. João I. Volume III, tomo I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa.

DIAS, José Lopes (1961). O hospital dos Correeiros de São Tiago da Vila de Castelo Branco Segundo Um Pergaminho Inédito do Século XV. Separata: Imprensa Medica. Ano XXV, março.

FARIA, A.M. (1972). Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira. Edição e notas de António Machado Faria (1972). Lisboa: Academia Portuguesa da História. 2ª ed., Prefácio de Manuela Mendonça (2011). Lisboa: APH/Quidnovi.

GONÇALVES, Iria, org. e rev. (2009). Tombos da Ordem de Cristo. Comendas da Beira. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa.

JORNADAS Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, 1972 (1974). A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.

MARQUES, José (1996). Pobreza e instituições eclesiásticas na Idade Média. In: Revista de Ciências Históricas: Universidade Portucalense. Vol. XI: 23-28.

MATTOSO, José (1973). O ideal de pobreza e as Ordens Monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII. In A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Lisboa: Centro de Estudos. Vol. II: 637-670.

MATTOSO, José (1982). O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal nos séculos XI-XIII. in Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MENDONÇA, Manuela (2004). A reforma da Saúde no Reinado de D. Manuel. In Primeiras Jornadas de História do Direito Hispânico. Lisboa: Academia Portuguesa da História: 220-241

NUNES, J. J. (1921). Vida e Milagres de Dona Isabel de Portugal. Coimbra: Edição e notas de J. J. Nunes.

OA, Ordenações Afonsinas. Liv. II, Título VII, art. LXIII. Lisboa: Edição Calouste Gulbenkian.

PAIVA, José Pedro, Dir. (2003). Portugaliae Monumenta Misericordium. Antes da Fundação das Misericórdias. Vol. 2. Lisboa: União das Misericórdias. ISBN: 972-98904-1-2.

ROQUETE, J. I., ed., (1842). Leal conselheiro, o qual fez Dom Duarte : seguido do Livro da ensinanca de bem cavalgar toda sella. Paris: Em casa de J.P. Aillaud.

SILVA, Hermano Castro e (1958). A Misericórdia de Castelo Branco. Castelo Branco: Imp. Papelaria Semedo.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1987). Para o Estudo das Confrarias Medievais Portuguesas: Os Compromissos dos Homens Bons Alentejanos. In: Estudos Medievais, nº 8. Porto: 55-72.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1989). Pobreza e morte em Portugal na Idade Média. Lisboa: Editorial Presença.

VICENTE, Maria da Graça A. S (2012). Covilhã Medieval O Espaço e as Gentes (séculos XII a XV). Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História.

VICENTE, Maria da Graça A. S (2014). Assistência e Solidariedade em Tempos Medievais: Gafos e Gafarias na Beira Baixa. in Medicina da Beira Interior da Pré-História ao Século XXI. N.º XXVIII: 71-76.

VICENTE, Maria da Graça A. S (2015). Compromisso da Confraria de S. João da Sertã (1195). In: Cadernos de Cultura. Medicina na Beira Interior da Pré-História ao Século XXI, n.º XXIX: 71-76.

NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Maria da Graça Antunes Silvestre Vicente é Mestre e Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a que continua ligada através do Centro de História. Investigadora do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Académica Correspondente da Academia Portuguesa da História; Membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão. Tem-se dedicado ao estudo da História Regional e Local, bem como da Política, Economia e Sociedade. Autora de vários trabalhos individuais e coletivos sobre essas temáticas, de que resultou um conjunto de publicações - entradas de dicionários, artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras - entre as quais se destaca: *Covilhã Medieval. O Espaço e as Gentes (Séculos XII a XV)*, Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 2012 (prémio Augusto Botelho da Costa Veiga, 2012) e *Povoamento e Propriedade Entre o Zêzere e o Tejo (séc. XII-XIV)*, Edições Colibri/Academia Portuguesa da História, 2015, (prémio Professor Doutor Francisco da Gama Caeiro, 2016).